

Escola Secundária
Camilo Castelo Branco
Ciências e Tecnologia
V.N. Famalicão

Racismo

- João Festa

- Tiago Cabral

Ano Letivo 22/23

Disciplina : Aplicações Informáticas

Docente: Maria Inês Sousa

Índice

Índice de tabelas	I
Índice Figuras.....	I
Introdução	1
Capítulo I - História do Racismo	2
Apartheid.....	4
Aplicações do apartheid na África do Sul	11
Capítulo II- Tipos de racismo e suas políticas.....	14
Racismo Nazista	14
Datas importantes.....	16
Políticas da inclusão racial.....	17
Racismo no desporto	20
Racismo em Portugal.....	24
Racismo no Brasil	26
Racismo entre católicos	31
Racismo nos Estados Unidos	32
Racismo Científico	33
Conclusão	34
Webgrafia	36

Índice de tabelas

Tabela 1- Índice de preconceito contra negros	1
Tabela 2- Casos de Racismo no Futebol	20

Índice Figuras

Figura 1 Criança Africana.....	3
Figura 2 Adolf Hitler.....	3

Introdução

Um novo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) faz um balanço sobre o combate ao racismo estrutural nos últimos anos e aponta o lento progresso nesta área.

O relatório descreve as iniciativas internacionais, nacionais e locais que foram tomadas para acabar com o flagelo do racismo, mas também a situação de violação de direitos e as taxas de mortalidade desproporcionalmente altas enfrentadas pela população de descendência africana.

O documento ainda cita sete casos de mortes de afrodescendentes relacionadas à polícia, sendo eles: George Floyd e Breonna Taylor (EUA); Adam Traore (França); Luana Barbosa dos Santos Reis e João Pedro Matos Pinto (Brasil); Kevin Clarke (Reino Unido) e Janner [Hanner] Garcia Palomino (Colômbia).

Mais de dois anos desde que o assassinato de George Floyd por um policial nos Estados Unidos desencadeou o movimento global Black Lives Matter, houve apenas “progresso gradual” no enfrentamento ao racismo estrutural, mostrou um novo relatório publicado na sexta-feira (30) pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Embora mais pessoas tenham sido conscientizadas sobre o racismo estrutural e medidas concretas tenham sido tomadas em alguns países, a alta comissária interina para os Direitos Humanos, Nada Al-Nashif, pediu aos Estados que demonstrem maior vontade política para acelerar ações de combate. “Houve algumas iniciativas em diferentes países para combater o racismo, mas na maioria das vezes elas são fragmentadas e ficam aquém do necessário para dismantelar o racismo estrutural, institucional e social arraigado que existe há séculos e continua a infligir danos profundos até hoje”. Ela também citou as recomendações feitas na Agenda do ACNUDH para a Mudança Transformadora para a Justiça e Igualdade Raciais.

O relatório descreve as iniciativas internacionais, nacionais e locais que foram tomadas para acabar com o flagelo do racismo. Isso inclui uma Ordem Executiva da Casa Branca sobre o avanço de práticas efetivas e responsáveis de policiamento e justiça criminal nas agências federais; uma Lei de Dados Anti-Racismo na Colúmbia Britânica, no Canadá; e coleta de dados censitários para autoidentificação de afrodescendentes na Argentina.

Tabela 1- Índice de preconceito contra negros

Sexo	Sim	Não	Não sabe
masculino	34	57	9
feminino	28	59	13

A Comissão Europeia também emitiu orientações sobre a coleta e utilização de dados com base na origem racial ou étnica; além de registrar movimentos de desculpas oficiais e resignificação de espaços públicos que mostrem vínculos com a escravidão e o colonialismo em vários países.

Sistema de opressão - O relatório observa que os resultados ruins continuam para os afrodescendentes em muitos países, principalmente no acesso à saúde e alimentação adequada, educação, proteção social e justiça – enquanto a pobreza, o desaparecimento forçado e a violência continuam.

A alta comissária destaca as alegações contínuas de tratamento discriminatório, deportações ilegais, uso excessivo de força e mortes de migrantes africanos e descendentes de africanos por agentes da lei. “O barômetro para o sucesso deve ser uma mudança positiva nas experiências vividas pelos afrodescendentes”, disse Al-Nashif. “Os Estados precisam ouvir as pessoas de ascendência africana, envolvê-las significativamente e tomar medidas genuínas para agir de acordo com suas preocupações”.

Mortalidade -Os dados ainda indicaram taxas de mortalidade desproporcionalmente altas de pessoas de ascendência africana, nas mãos das autoridades policiais, em diferentes países. “As famílias afrodescendentes continuaram a relatar os imensos desafios, barreiras e processos demorados que enfrentaram em sua busca pela verdade e justiça para a morte de seus parentes”, traz um trecho do relatório onde é detalhado sete casos de mortes de afrodescendentes relacionadas à polícia, sendo eles: George Floyd e Breonna Taylor (EUA); Adam Traore (França); Luana Barbosa dos Santos Reis e João Pedro Matos Pinto (Brasil); Kevin Clarke (Reino Unido) e Janner [Hanner] Garcia Palomino (Colômbia).

Embora se note algum progresso na responsabilização em alguns desses casos emblemáticos, “infelizmente, nenhum caso foi ainda concluído, com aquelas famílias ainda buscando a verdade, justiça e garantias de não repetição, e a acusação e sanção de todos os responsáveis”, diz o relatório.

Al-Nashif pediu aos Estados que “redobrem os esforços para garantir a responsabilização e reparação onde quer que as mortes de africanos e afrodescendentes tenham ocorrido no contexto da aplicação da lei, e tomem medidas para confrontar legados que perpetuam e sustentam o racismo sistêmico”.

Capítulo I - História do Racismo

O racismo – discriminação de povos ou pessoas com base no preconceito da sua inferioridade – tem sido, ao longo dos séculos, parte integrante das mais diversas ideologias e formas de organização social. Esteve, por exemplo, na base da escravatura em muitas civilizações, das judiarias no nosso país, da perseguição conduzida por Adolf Hitler a judeus, ciganos e outros povos e levada a cabo pelo Terceiro Reich, do apartheid sul-africano, etc.

Ainda hoje, os preconceitos de raça, ainda que não marquem a estrutura da maior parte das sociedades, manifestam-se de formas variadas em muitas partes do globo.



Figura 1 Criança Africana



Figura 2 Adolf Hitler

Apartheid

Apartheid [apartáid][1] (pronúncia em africâner: [a'parθheit], significando "separação") foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan — então primeiro-ministro —, e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pela minoria branca no poder.

A segregação racial na África do Sul teve início ainda no período colonial, mas o apartheid foi introduzido como política oficial após as eleições gerais de 1948. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais ("negros", "brancos", "de cor" e "indianos"),[3] segregando as áreas residenciais, muitas vezes através de remoções forçadas. A partir de finais da década de 1970, os negros foram privados de sua cidadania, tornando-se legalmente cidadãos de uma das dez pátrias tribais autônomas chamadas de bantustões. Nessa altura, o governo já havia segregado a saúde, a educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos.

O apartheid trouxe violência e um significativo movimento de resistência interna, bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul.[5] Uma série de revoltas populares e protestos causaram o banimento da oposição e a detenção de líderes antiapartheid. Conforme a desordem se espalhava e se tornava mais violenta, as organizações estatais respondiam com o aumento da repressão e da violência.

Reformas no regime durante a década de 1980 não conseguiram conter a crescente oposição, e em 1990, o presidente Frederik Willem de Klerk iniciou negociações para acabar com o apartheid,[6] o que culminou com a realização de eleições multirraciais e democráticas em 1994, que foram vencidas pelo Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela.

Apartheid é uma palavra africâner[7] que significa "separação", ou "o estado de ser separado", literalmente "apart-hood" (do africâner "-heid").[8][9] Seu primeiro uso registrado foi em 1929.[10]

A colônia do Cabo foi estabelecida em 1652 pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, com o intuito de fornecer uma escala aos navios da empresa a caminho da Indonésia.[11] Os holandeses foram os primeiros europeus a se estabelecerem no sul do continente africano.[12] Os bôeres (do holandês boer, ou "agricultor"), como ficaram conhecidos os primeiros colonizadores, utilizavam o trabalho escravo dos nativos em suas plantations litorâneas.

Em 1800, a colônia do Cabo foi tomada pelo Reino Unido,[11] se transformando em possessão britânica em 1814, por ocasião do Congresso de Viena.[12] Após 1834, quando a escravidão foi abolida em todo o Império. O primeiro volume do livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior.

Britânico, graves atritos começaram a surgir entre os bôeres e os britânicos, o que culminaria na Grande Migração em direção aos planaltos interiores, iniciada em 1835.[11][12] Os bôeres se dirigiram ao norte do atual território sul-africano, atravessando as montanhas Drakensberg e levando consigo seus escravos negros.[11] Na segunda metade do século XIX, fundaram as repúblicas do Orange e do Transvaal, que nasceram do massacre dos povos nativos e se constituíram como sociedades fundadas na opressão racial.

O sistema colonial britânico em Cabo e Natal também adotava práticas racistas que começaram a forjar as bases legais para o regime do apartheid. Os britânicos introduziram a lei do passe no século XIX. Isto surgiu a partir da regulamentação da circulação de pessoas negras das regiões tribais para as áreas ocupadas por pessoas brancas e mestiças, governado pelos britânicos. As leis não foram só criadas para restringir a circulação de pessoas negras para essas áreas, mas também para proibir a sua circulação de um bairro a outro sem o porte de um passe. Os negros não tinham permissão para andar nas ruas das cidades das colônias do Cabo e de Natal de noite e eram obrigados a portar seus passes sempre que estivessem em local público.[16] Em 1892, o voto dos negros foi limitado com base na educação e em recursos financeiros.[17] Dois anos depois, os indianos foram privados de seu direito de voto em Natal.[18] Em 1905, os negros como um todo foram privados do direito de voto, além de terem sua circulação limitada em áreas fixas.[19] No ano seguinte, os indianos foram obrigados a carregarem passes.

No final do século XIX, a descoberta de jazidas de diamantes e ouro nas repúblicas do Orange e do Transvaal provocou a guerra entre ingleses e bôeres.[12] A Guerra dos Bôeres terminou com a rendição das duas repúblicas.[12] Em 1910, uma Constituição negociada entre bôeres e ingleses criou a União Sul-Africana, incorporando os territórios britânicos do Cabo e de Natal com as antigas áreas bôeres.[12] Neste novo domínio britânico, todo o controle político foi dado aos brancos, uma vez que o direito dos negros de se sentarem no parlamento foi banido.[21] Os bôeres logo fundaram o Partido Reunido Nacional para disputar com os ingleses a hegemonia política da região.[12] Sob a bandeira deste partido, os africânderes (descendentes dos bôeres) começaram a lutar pela oficialização das práticas de segregação racial de seus ancestrais.

A base ideológica do apartheid, encontrada principalmente entre os membros do Partido Reunido Nacional, nasceu a partir do conceito romântico de nação, reelaborado a partir do pensamento fascista.[12] Nas obras dos principais teóricos do apartheid, a nação tem seu fundamento na raça, na cultura e na etnia.[12] A "língua étnica" (o africâner) aparece como traço básico da identidade nacional.[12] Outra base foi o passado bôer e, sobretudo, a interpretação mitológica desse passado.[12] A ideia de uma cultura singular legitimou o conceito restritivo de nação, que excluía os outros povos da África do Sul.[12] A memória dos feitos da Grande Marcha e da Guerra dos Bôeres forneceu uma vasta simbologia destinada a estimular os africânderes chegarem ao poder em 1910 com a eleição do primeiro-ministro Louis Botha, cujo governo adotou as primeiras leis de segregação racial, tal como a proibição de os não brancos quebrarem um contrato de trabalho e de se tornarem membros da Igreja Reformada Holandesa. Em 1913, todos os negros, com exceção dos moradores da província do Cabo, foram impedidos de comprarem terras fora das "reservas

indígenas".[21] Ainda naquele ano, a Lei de Terras Nativas dividiu a posse da terra na África do Sul por grupos raciais. Os negros, que constituíam dois terços da população, passaram a ter direito a apenas 7,5% das terras, enquanto os brancos, um quinto da população, tinham direito a 92,5% das terras. As pessoas "de cor" (mestiços) não tinham direito à posse da terra. A lei determinava ainda que os negros só poderiam viver fora de suas terras quando fossem empregados dos brancos. Passou também a ser ilegal a prática usual de ter rendeiros negros nas plantações.

Em 1918, o Projeto de Lei sobre Nativos em Áreas Urbanas foi concebido para obrigar os negros a viverem em locais específicos.[22] Entretanto, a segregação urbana só foi introduzida no governo seguinte, de Jan Smuts, membro do Partido Unido. Foi Smuts quem havia cunhado a palavra apartheid, em discurso de 1917. Durante seu segundo governo, os indianos foram proibidos de comprar terras.

O governo de Smuts começou a se afastar da aplicação de leis segregacionistas rígidas durante a Segunda Guerra Mundial.[24] Em meio a temores de que a integração acabaria por levar a nação à assimilação racial, os legisladores estabeleceram a Comissão Sauer para investigar os efeitos das políticas do Partido Unido. A comissão concluiu que a integração traria uma "perda de personalidade" para todos os grupos raciais. lar o patriotismo africânder.[12]

O Partido Reunido Nacional, o principal partido político do nacionalismo africânder, venceu as eleições gerais de 1948 sob a liderança de Daniel François Malan, clérigo da Igreja Reformada Holandesa. Uma das principais promessas de campanha de Malan era aprofundar a legislação de segregação racial. O Partido Reunido Nacional derrotou por pequena margem o Partido Unido de Jan Smuts – que havia apoiado a noção vaga de lenta integração racial – e formou um governo de coalizão com outro partido defensor do nacionalismo africânder, o Partido Afrikaner. Malan instituiu o regime do apartheid, e os dois partidos logo se fundiriam para formar o Partido Nacional.

A discriminação racial, há muito tempo uma realidade na sociedade sul-africana, havia sido elevada à condição de filosofia.[25] Uma sociedade conhecida como Broederbond ("Irmandade") congregava os "solucionadores de problemas" que elaboraram a doutrina do apartheid.[25] Tal doutrina foi definida da seguinte maneira no manifesto eleitoral do Partido Nacional:

De acordo com os líderes do Partido Nacional, a África do Sul não formava uma única nação, mas sim quatro nações composta por quatro grupos raciais distintos: brancos, negros, de cor (mestiços) e indianos. Estes grupos foram divididos em mais de treze "nações" ou federações raciais. Os brancos abrangia . O primeiro volume do livro Mein Kampf, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior. O primeiro volume do livro Mein Kampf, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior.

todos os falantes de inglês ou africânder; a população negra foi dividida em dez grupos linguísticos.

Logo após sua posse, o novo governo aprovou várias leis que pavimentaram o caminho para o "grande apartheid", centrado em separar as raças em grande escala, através da separação das pessoas em espaços para cada raça. Entre os governos de Malan e Balthazar Johannes Vorster, o regime nacionalista aprovou mais de 300 leis relativas ao apartheid.

A primeira grande legislação do apartheid foi a Lei de Registro Populacional, de 1950, que formalizou a divisão racial através da introdução de um cartão de identidade para todas as pessoas com idade superior a dezoito anos, especificando a qual grupo racial cada uma delas pertencia. Equipes oficiais ou conselhos foram criados para determinar a raça de indivíduos cuja etnia não era claramente identificada.[26] Tais casos trouxeram complicações, especialmente para os mestiços, que em alguns casos tiveram membros de suas famílias separados em raças distintas.[27]

O segundo pilar do apartheid, a Lei de Áreas de Agrupamento, veio em 1950.[28] Até então, a maioria dos assentamentos continha pessoas de diferentes raças vivendo lado a lado. Esta lei pôs fim a diversas áreas urbanas e determinou onde cada um deveria viver de acordo com sua raça. A cada raça foi atribuída uma área específica, o que foi mais tarde utilizado como base para remoções forçadas.[29] Legislação adicional aprovada em 1951 permitia que o governo demolisse favelas habitadas por negros e forçava os empregadores brancos a pagar pela construção de moradias para os trabalhadores negros que foram autorizados a residir nas cidades reservadas para pessoas brancas.

Em 1949, a Lei de Proibição dos Casamentos Mistos tornou ilegal o casamento entre pessoas de raças diferentes. No ano seguinte, a Lei da Imoralidade tornou crime relações sexuais entre pessoas de raças diferentes.

Em 1953, a Lei de Reserva dos Benefícios Sociais determinou que locais públicos poderiam ser reservados para determinada raça, criando, entre outras coisas, praias, ônibus, hospitais, escolas e universidades segregados. Placas com os dizeres "apenas para brancos" tiveram seu uso difundido em locais públicos, incluindo até mesmo bancos de praças.[25][30] Sob a mesma legislação, o governo se isentava da responsabilidade de oferecer serviços públicos da mesma qualidade para todos os cidadãos. Aos negros eram fornecidos serviços de qualidade muito inferior àqueles prestados aos brancos – e, em menor medida, àqueles prestados aos indianos e mestiços.[4] Em 1956, a discriminação racial no local de trabalho foi formalizada.

Outras leis tinham, como objetivo, reprimir a resistência, especialmente armada, ao regime de apartheid. Em 1950, a Lei de Supressão ao Comunismo banuiu o Partido Comunista Sul Africano e qualquer outra organização política que o governo decidisse catalogar como sendo "comunista". Qualquer manifestante contra o regime poderia ser tachado de "comunista", se sujeitando a graves penas.[25] Encontros não organizados junto ao governo foram proibidos, assim como algumas organizações da sociedade civil que foram encaradas como uma ameaça ao regime.

A educação foi segregada através da Lei de Educação Bantu de 1953, que criou um sistema educacional separado para os estudantes negros,

projetado para preparar os jovens negros para passarem o resto da vida como trabalhadores braçais.[31] Em 1959, foram criadas universidades específicas para negros, mestiços e indianos. As universidades já existentes foram proibidas de matricular novos alunos negros. Em 1974, um decreto passou a exigir o uso do africâner e do inglês em condições de igualdade em escolas de ensino médio fora dos bantustões.

A Lei de Autodeterminação dos Bantu de 1951 criou estruturas governamentais separadas para cidadãos negros, sendo a primeira legislação estabelecida para apoiar o plano do governo de separar o país em bantustões. A Lei de Promoção do Auto-Governo Negro de 1958 deu suporte à política do Partido Nacional de criar "pátrias" (em inglês: homelands) nominalmente independentes para o povo negro. As chamadas "unidades autônomas Bantu" foram propostas. Elas teriam poderes administrativos descentralizados, com a promessa de que mais tarde iriam adquirir autonomia política e autogoverno. A Lei de Investimento Corporativo nos Bantu de 1959 criou um mecanismo de transferência de capital para as homelands com a finalidade de geração de emprego nelas. Em 1967, foi criada legislação que permitia, ao governo, parar o desenvolvimento industrial em cidades "brancas" e redirecionar tal desenvolvimento para as homelands. A Lei de Cidadania da Pátria Negra de 1970 marcou uma nova fase na estratégia do regime de promover os bantustões. O governo mudou o status dos negros que viviam na África do Sul para que deixassem de ser cidadãos sul-africanos e se tornassem cidadãos de um dos dez territórios autônomos. O objetivo do Partido Nacional era garantir que os brancos se tornassem maioria na população sul-africana, incitando todos os dez bantustões a proclamar "independência".

O contato inter-racial nos esportes era desaprovado, mas não havia legislação segregando os esportes. O governo mantinha as práticas esportivas segregadas utilizando outras legislações, como a Lei de Áreas de Agrupamento.

O governo do Partido Nacional reforçou as leis de passe já existentes, obrigando os negros sul-africanos a carregar documentos de identificação a fim de evitar a migração de negros para a África do Sul "branca". Qualquer morador negro das cidades tinham de ser empregado, o que provocava uma exclusão em famílias, separando, assim, as esposas dos maridos e os pais dos filhos. Até 1956, as negras eram, em sua maioria, excluídas das leis de passes, na medida em que as tentativas de introduzir leis de passes para as mulheres negras eram recebidas com grande resistência pelo eleitorado. O primeiro volume do livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior. O primeiro volume do livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior.

Antes de a África do Sul tornar-se uma república, a política entre brancos sul-africanos era tipificada pela divisão entre conservadores pró-república e os sentimentos antirrepublicanos dos descendentes de ingleses,[34] pois o legado da Guerra dos Boers era importante ainda para certas pessoas. Após o status de república ter sido firmado, o primeiro-ministro Hendrik Verwoerd atuou no sentido de fortalecer as relações e os acordos entre aqueles de origem britânica e os africanos.[35] Ele afirmava que a única diferença agora era entre aqueles que apoiavam o apartheid e aqueles que eram contra. A etnia não deveria dividir mais os falantes de inglês e os falantes de africâner, mas os brancos e os indígenas negros. A maioria dos africanos apoiou a noção de unidade dos brancos sob o argumento de que isto garantiria sua segurança. Os eleitores de origem britânica ficavam divididos. Muitos eram contra a república, votando "não" na Província de Natal.[36] Depois, porém, muitos apoiaram a unidade branca, temerosos dos processos de descolonização que ocorriam em diversos lugares da África. Este apoio, ainda que fragmentado, permitiu, a Verwoerd, implementar sua política de divisão entre brancos e nativos, o branco-indigenismo.[37]

As primeiras manifestações contra o apartheid foram organizadas pelo Congresso Nacional Africano, partido político fundado em 1912 para defender os direitos dos negros, assim como por brancos de mentalidade liberal.[25] Na Campanha do Desafio, de 1952, os negros deliberadamente infringiram a legislação racista, dando margem a detenções, na expectativa de congestionar as prisões do país.[25] No entanto, apenas 8,5 mil pessoas foram presas.[25] Em 1960, o então líder do CNA Albert Lutuli recebeu o Prêmio Nobel da Paz como chefe do movimento de resistência pacífica ao regime de apartheid.[25]

O protesto contra as Leis do Livre Trânsito, organizado pelo Congresso Pan-Africano, acabou descambando na tragédia de Sharpeville em 21 de março de 1960.[25] Enquanto uma multidão de manifestantes negros avançava em direção à delegacia de polícia local, os ânimos se acirraram e a polícia abriu fogo, matando 69 manifestantes e ferindo 180.[25] Todas as vítimas eram negras. A maioria delas foi baleada nas costas. O Coronel J. Pienaar, oficial encarregado das forças policiais no dia, declarou que "hordas de nativos cercaram a delegacia. Meu carro foi acertado com uma pedra. Se fazem essas coisas, eles devem aprender a lição do modo difícil".

O CNA considerou o massacre de Sharpeville um ponto decisivo.[25] Nelson Mandela, alegando que o movimento de resistência pacífica falhara, afirmou que havia chegado o momento do CNA passar a adotar a sabotagem.[25] Na clandestinidade, criou o Umkhonto we Sizwe ("Lanceiro da Nação"), ala militar do CNA.[25] Apesar de suas unidades terem detonado bombas nos edifícios do governo nos anos seguintes, o Umkhonto we Sizwe não ofereceu ameaça real ao Estado sul-africano, que tinha o monopólio de armamento moderno.

O governo também endureceu sua posição.[25] Desaprovado pela opinião mundial e diante de um boicote econômico imposto pela Organização das Nações Unidas, o regime banuiu o CNA e o CPA, e se tornou uma república, se desfiliando da Comunidade Britânica.[25] À época, a África do Sul despertava a hostilidade dos outros membros da Comunidade – particularmente aqueles na África e Ásia, bem como o Canadá – devido ao seu regime de apartheid.

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1761 em 6 de novembro de 1962, condenando as práticas racistas do regime sul-africano e pedindo que todos os países-membros da ONU cortassem as relações militares e econômicas com a África do Sul. O boicote representava muito mais uma inconveniência do que uma sanção de fato.[25] Angola e Moçambique, ambas sob domínio português, estavam prontas a rompê-lo, assim como Malauí, que dependia bastante dos vínculos comerciais com a África do Sul. O petróleo, único recurso mineral do qual a África do Sul não dispunha, podia ser obtido do Irã ou sintetizado do carvão, por meio de processo inventado na Alemanha.[25] Quando a Grã-Bretanha se recusou a fornecer armas ao regime, a África do Sul criou sua própria indústria bélica.[25] Os recursos necessários ao investimento foram proporcionados pela existência de um depósito de riquezas naturais, como carvão, diamantes, cobre, platina e manganês, na África do Sul.

No final da década de 1960, as perspectivas para a população não-branca da África do Sul eram desanimadoras.[25] Mandela, considerado culpado de traição em 1963, cumpria pena de prisão perpétua na Ilha Robben, ao largo da Cidade do Cabo.[25] Alerta e pronto para sufocar qualquer dissidência antes que se tornasse grave, o regime criou o temido Bureau of State Security ("Escritório de Segurança Estatal"), órgão de repressão política conhecido pelo acrônimo BOSS ("chefe").

Em 1974, o governo aprovou o Decreto de Mídia Afrikaans que forçava todas as escolas a usarem o africâner quando ensinassem aos negros matemática, ciências sociais, geografia e história nas escolas secundárias. O vice-ministro de educação bantu, Punt Janson, disse que "não consultei o povo africano na questão da língua e não vou consultar. Um africano pode achar que 'o chefe' apenas fala afrikaans ou apenas fala inglês. Seria vantajoso para ele saber as duas línguas".

Essa política foi profundamente impopular. Em 30 de abril de 1976, crianças da escola primária Orlando West no Soweto entraram em greve, recusando-se a ir às aulas. A rebelião espalhou-se por outras escolas em Soweto. Os estudantes organizaram um protesto em massa em 16 de Junho de 1976, que acabou com violência - a polícia respondendo com balas às pedras jogadas pelas crianças. O incidente disparou uma onda de violência generalizada por toda a África do Sul, custando centenas de vidas.

Internacionalmente, a África do Sul ficou isolada. Inúmeras conferências aconteceram e as resoluções das Nações Unidas foram aprovadas condenando o país, incluindo a Conferência Mundial contra o Racismo em 1978 e 1983. Um imenso movimento de cerceamento de direitos iniciou-se, pressionando os, O primeiro volume do livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior. O primeiro volume do livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior

investidores a se recusarem a investir em empresas da África do Sul ou empresas que fizessem negócios com a África do Sul. Os times esportivos da África do Sul foram barrados de participarem em eventos internacionais, e o turismo e a cultura sul-africanos foram boicotados.

Esses movimentos internacionais, combinados com problemas internos, persuadiram o governo Sul-Africano que sua política de linha-dura era indefensável e em 1984 algumas reformas foram introduzidas. Muitas das leis do apartheid foram repelidas, e uma nova constituição foi introduzida que dava representação limitada a certos não brancos, apesar de não estendê-las à maioria negra.

Os anos mais violentos dos anos 1980 foram os de 1985 a 1988, quando o governo P. W. Botha começou uma campanha para eliminar os opositores. Por três anos, a polícia e os soldados patrulharam as cidades sul-africanas em veículos armados, destruindo campos pertencentes a negros e detendo, abusando e matando centenas de negros. Rígidas leis de censura tentaram esconder os eventos, banindo a mídia e os jornais.

Em 1989, F. W. de Klerk sucedeu a Botha como presidente. Em 2 de Fevereiro de 1990, na abertura do parlamento, de Klerk declarou que o apartheid havia fracassado e que as proibições aos partidos políticos, incluindo o Congresso Nacional Africano, seriam retiradas. Nelson Mandela foi libertado da prisão. De Klerk seguiu abolindo todas as leis remanescentes que apoiavam o apartheid.

Mandela tornou-se presidente nas primeiras eleições presidenciais livres em muitos anos. Em 15 de Abril de 2003, o seu sucessor, presidente Thabo Mbeki anunciou que o governo da África do Sul pagaria 660 milhões de rands (aproximadamente 85 milhões de dólares norte-americanos) para cerca de 22 mil pessoas que haviam sido torturadas, detidas ou que haviam perdido familiares por consequência do apartheid. A Comissão da Verdade e Reconciliação, formada para investigar os abusos da era do apartheid, havia recomendado, ao governo, pagar 3 bilhões de rands em compensação, pelos cinco anos seguintes.

Aplicações do apartheid na África do Sul

O apartheid foi implementado por lei. As restrições a seguir não eram apenas sociais, mas obrigatórias pela força da lei. Não brancos eram excluídos do governo nacional e não podiam votar, exceto em eleições para instituições segregadas que não tinham qualquer poder. Aos negros, eram proibidos diversos empregos, sendo-lhes também vetado empregar brancos. Não brancos não podiam manter negócios ou práticas profissionais em quaisquer áreas designadas somente para brancos. Cada metrópole significativa e praticamente todas as regiões comerciais estavam dentro dessas áreas. Os negros, sendo um contingente de 70% da população, foram excluídos de tudo, menos uma pequena proporção do país, a não ser que eles tivessem um passe, o que era impossível, para a maioria, conseguir.

A implementação desta política resultou no confisco da propriedade e remoção forçada de milhões de negros. Um passe só era dado a quem tinha trabalho aprovado; esposas e crianças tinham que ser deixadas para trás. Esse passe era emitido por um magistério distrital confinando os (negros) que o

possuíam àquela área apenas. Não ter um passe válido fazia um negro sujeito a prisão imediata, julgamento sumário e "deportação" da "pátria". Viaturas da polícia que continham o símbolo sjambok da polícia vasculhavam a "área branca" para enquadrar os negros "ilegais".

A terra conferida aos negros era tipicamente muito pobre, impossibilitada de prover recursos à população forçada a ela. As áreas de negros raramente tinham saneamento ou eletricidade. Os hospitais eram segregados, sendo os destinados a brancos capazes de fazer frente a qualquer um do mundo ocidental e os destinados a negros, Em 1999, Soares publica um artigo na Revista Estudos Históricos que contesta as descrições elaboradas por Mário Filho em O Negro no Futebol Brasileiro, dizendo que as narrativas da obra funcionam como história mítica que vai sendo atualizada, principalmente, em função das demandas às denúncias racistas. Esta tese recebe críticas contundentes de Murad (1999) e um pouco mais brandas de Helal e Gordan Jr. (1999). A primeira tese de doutorado que vai tocar diretamente na questão do racismo no futebol brasileiro é o trabalho de Silva (2002), intitulado Futebol, Linguagem e Mídia: Entrada, Ascensão e Consolidação dos Jogadores Negros e Mestiços no Futebol Brasileiro. Além de ratificar as conclusões demonstradas no artigo A linguagem racista no futebol brasileiro, Silva apresenta um tópico inédito até então. Em sua conclusão, introduz uma discussão sobre as estruturas de dominação que dificultam a ascensão dos treinadores negros no Brasil. Nas entrevistas que realizou com jornalistas, ficou evidenciado que os negros têm muitas dificuldades para ingressar no mercado de trabalho de treinadores de futebol. Outro livro em língua portuguesa que trata da temática do racismo no futebol é O Desporto e as Estruturas Sociais de Esteves (1967). Este escritor português desenvolve, no capítulo "O Negro e o Desporto", reflexões que posteriormente seriam ampliadas em outro livro: Racismo e Desporto (1978), no qual destaca os aspectos do racismo desportivo no Brasil. Em 2 de setembro de 2021, as seleções de Hungria e Inglaterra se enfrentaram pelas eliminatórias da Copa de 2022, quando torcedores locais vaiaram o gesto antirracista dos jogadores do English Team e ofenderam o volante Jude Bellingham e o atacante Raheem Sterling. Antes da partida, os jogadores e o técnico da Hungria, Marco Rossi, pediram em vão para que respeitassem o gesto. A FIFA puniu a Hungria com 2 jogos com portões fechados, enquanto a Federação Húngara de Futebol levou uma multa de 200 mil francos suíços. Num amistoso realizado em janeiro de 2013 entre Pro Patria e Milan, o meia ganhês Kevin-Prince Boateng foi alvo de xingamentos racistas da torcida local. Revoltado, o jogador abandonou o gramado juntamente com os companheiros de equipe.

Em maio de 2014, torcedores da Atalanta jogaram bananas contra Kévin Constant e Nigel de Jong, do Milan. O clube de Bérgamo, que venceu o jogo por 2 a 1, foi punido com multa de 40 mil euros.

Em abril de 2019, o atacante Moise Kean, que é descendente de marfinenses, foi alvo de xingamentos da torcida do Cagliari depois de fazer um gol. Seu companheiro de equipe na Juventus, Leonardo Bonucci, disse que Kean teve "50% de culpa" por ter encarado os torcedores do clube sardo comparativamente, tinham séria falta de pessoal e

fundos e eram, de longe, limitados em número. As ambulâncias eram segregadas, forçando que a raça da pessoa fosse corretamente identificada quando aquelas eram chamadas. Uma ambulância "branca" não levaria um negro ao hospital. Ambulâncias para negros tipicamente continham pouco ou nenhum equipamento médico.

Nos anos 1970, a educação de cada criança negra custava, ao estado, apenas um décimo de cada criança branca. Educação superior era praticamente impossível para a maioria dos negros: as poucas universidades de alta qualidade eram reservadas para brancos. Além disso, a educação provida aos negros era deliberadamente não designada para prepará-los para a universidade, e sim para os trabalhos braçais disponíveis para eles.

Trens e ônibus eram segregados. Além disso, trens para brancos não tinham vagões de terceira classe, enquanto trens para negros eram superlotados e apresentavam apenas vagões de terceira classe. Ônibus de negros paravam apenas em paradas de negros e os de brancos, nas de brancos. As praias eram racialmente segregadas, com a maioria (incluindo todas as melhores) reservadas para brancos. Piscinas públicas e bibliotecas eram racialmente segregadas mas praticamente não havia piscinas ou bibliotecas para negros. Quase não havia parques, cinemas, campos para esportes ou quaisquer amenidades a não ser postos policiais nas áreas negras.

Os bancos de parques eram marcados "Apenas para europeus". Sexo inter-racial era proibido. Policiais negros não tinham permissão para prender brancos. Negros não tinham autorização para comprar a maioria das bebidas alcoólicas. Um negro poderia estar sujeito a pena de morte por estuprar uma branca, mas um branco que estupra-se uma negra recebia apenas uma multa, e quase sempre nem isso. Os cinemas nas áreas brancas não tinham permissão para aceitar negros. Restaurantes e hotéis não tinham permissão para aceitar negros, a não ser como funcionários.

Tornar-se membro em sindicatos não era permitido aos negros até os anos 1980, e qualquer sindicato "político" era banido. Greves eram banidas e severamente reprimidas. Negros pagavam impostos sobre uma renda baixa até o nível de 30 rands ao mês (cerca de 15 libras esterlinas nos anos 1970), enquanto que o limite de isenção fiscal dos brancos era muito mais alto.

O apartheid perverteu a cultura Sul-Africana, assim como as suas leis. Um branco que entrasse em uma loja seria atendido primeiro, à frente de negros que já estavam na fila, independente da idade ou qualquer outro fator. Até os anos 1980, dos negros sempre se esperaria que descessem da calçada para dar passagem a qualquer pedestre branco. Um menino branco seria chamado de "klein baas" (pequeno patrão) por um negro, sem que este demonstrasse qualquer tipo de desaprovação; um negro adulto poderia ser chamado de "garoto", por brancos. Num amistoso realizado em janeiro de 2013 entre Pro Patria e Milan, o meia ganês Kevin-Prince Boateng foi alvo de xingamentos racistas da torcida local. Revoltado, o jogador abandonou o gramado juntamente com os companheiros de equipe.

Em maio de 2014, torcedores da Atalanta jogaram bananas contra Kévin Constant e Nigel de Jong, do Milan. O clube de Bérnago, que venceu o jogo por 2 a 1, foi punido com multa de 40 mil euros.

Em abril de 2019, o atacante Moise Kean, que é descendente de marfinenses, foi alvo de xingamentos da torcida do Cagliari depois de fazer um gol. Seu companheiro de equipe na Juventus, Leonardo Bonucci, disse que Kean teve "50% de culpa" por ter encarado os torcedores do clube sardo.

Capítulo II- Tipos de racismo e suas políticas

Racismo Nazista

As crenças e ideias nazistas sobre Raça moldaram todos os aspectos da vida cotidiana e da política na Alemanha nazista. Em particular, os nazistas abraçaram a falsa ideia de que os judeus eram uma raça distinta e inferior. Este tipo de crença é conhecido como "anti-semitismo racial".

O conjunto combinado de crenças e ideias nazistas sobre Raça às vezes é chamado de "racismo nazista" ou "ideologia racial nazista". Assim como outras formas de racismo, o racismo nazista era, e ainda é, profundamente baseado em preconceitos e estereótipos.

Os nazistas basearam-se em ideias sobre Raça que eram muito difundidas em grande parte da Europa e da América do Norte. No entanto, as especificidades do racismo nazista eram extremas, pois elas foram baseadas na interpretação de raça feita por Adolf Hitler. Em seu livro *Mein Kampf* (1925), Hitler explicou sua visão de mundo racista. Ele idealizava as idéias de pureza e luta racial. Após os nazistas terem chegado ao poder na Alemanha, estas ideias passaram a orientar a política governamental. As ideias de Hitler sobre raça foram amplamente desacreditadas como incorretas e imorais.

O resultado do racismo nazista foi a perseguição e o assassinato de seis milhões de judeus, além de outras milhões de pessoas de diferentes grupos étnicos e sociais.

Adolf Hitler e os demais nazistas acreditavam que o mundo estava dividido entre raças distintas. Num amistoso realizado em janeiro de 2013 entre Pro Patria e Milan, o meia ganhador Kevin-Prince Boateng foi alvo de xingamentos racistas da torcida local. Revoltado, o jogador abandonou o gramado juntamente com os companheiros de equipe.

Em maio de 2014, torcedores da Atalanta jogaram bananas contra Kévin Constant e Nigel de Jong, do Milan. O clube de Bérnago, que venceu o jogo por 2 a 1, foi punido com multa de 40 mil euros.

Em abril de 2019, o atacante Moise Kean, que é descendente de marfinenses, foi alvo de xingamentos da torcida do Cagliari depois de fazer um gol. Seu companheiro de equipe na Juventus, Leonardo Bonucci, disse que Kean teve "50% de culpa" por ter encarado os torcedores do clube sardo. A apanha do caracol também é bastante importante pois milhares de pessoas dependem da mesma, sendo o fator essencial o uso de galochas na execução da apanha do caracol com muita cautela sendo que em termos de racismo todos os caracóis se queixam, deixando estes animais bastante frustrados com toda a situação.

Conforme acreditavam os nazistas, cada raça tinha suas características próprias, as quais, na sua visão, eram passadas de geração a geração. Supostamente, todos os membros de uma raça compartilhavam os mesmos caracteres herdados de seus ancestrais, e eles alegadamente determinavam a aparência, a inteligência, a criatividade e a força dos membros de uma raça.

Algumas raças, na opinião nazista, possuíam peculiaridades consideradas melhores que as demais. De acordo com o pensamento nazista, as raças com as melhores características deviam dominar as demais.

Hitler e os nazistas identificaram os alemães como membros da raça "ariana". Segundo os nazistas, os arianos estariam no topo da hierarquia racial; e foi por esta razão que os nazistas chamavam os arianos alemães de membros da "raça superior".

Os nazistas idealizavam os arianos como sendo louros de olhos azuis, atléticos, e de alta estatura. Os pôsteres, fotografias e filmes da propaganda nazista enfatizavam a mostra de pessoas que se encaixassem neste ideal. Todavia, muitas pessoas consideradas pelos nazistas como alemães arianos não possuíam tais traços como, por exemplo, o próprio Adolf Hitler, que tinha cabelos castanhos e altura média. Os nazistas não perseguiram ou executaram pessoas baseados apenas na cor dos cabelos ou dos olhos.

Eles acreditavam que precisavam proteger os alemães contra as raças inferiores. Para permanecerem fortes, acreditavam eles, era preciso se manterem racialmente puros. Para Hitler e os nazistas, o povo judeu era a maior ameaça à raça ariana.

Os nazistas definiam os judeus pela raça, não pela religião. Eles alegavam que os judeus [alemães] pertenciam a uma raça em separado. Também alegavam que os judeus eram inferiores a todas as demais raças. A definição de judeu criada pelos nazistas incluía pessoas que sequer praticavam o judaísmo.

Hitler e os nazistas afirmavam que a "raça judaica" era especialmente perigosa, pois ela supostamente explorava e prejudicava às demais; assim, os nazistas se referiam aos judeus como sendo uma "raça parasita". Em particular, eles acreditavam que os judeus eram parasitas que estavam destruindo a raça ariana. Essa crença falsa e cheia de preconceito foi o motivo dos nazistas terem perseguido os judeus. Eles queriam separar os judeus dos alemães arianos e, primeiramente, tentaram forçar os judeus a deixarem a Alemanha.

Os nazistas tentaram usar a ciência com o fito de provar suas teorias raciais. Eles recrutaram médicos e outros cientistas para auxiliá-los nessa tarefa. Esses funcionários nazistas tentaram categorizar as pessoas com base em raças, mensurando e descrevendo as comunalidades e diferenças características físicas das pessoas, tais como tipo de nariz, crânio, olhos, e cabelo, tentando encontrar "tipos ideais" classificatórios.

Tais tentativas de categorização falharam em suas tentativas de provar as teorias raciais nazistas. Na verdade, seus esforços revelaram que os seres humanos não podiam ser categorizados cientificamente através de raças. A humanidade, por natureza, é simplesmente muito diversificada para que existam raças humanas. Entretanto, tal realidade não freou os anseios nazistas.

O racismo de cunho nazista determinava como os nazistas tratavam as pessoas na Alemanha. Pessoas que os nazistas identificavam como arianos se beneficiaram das políticas econômicas e sociais nazistas; já aquelas que os nazistas identificavam como não-arianas (incluindo os judeus) foram perseguidas e discriminadas. Por exemplo, as Leis Raciais de Nuremberg privaram os judeus dos direitos de cidadania. As Leis também proibiram a chamada "mistura de raças". Além disso, os nazistas realizaram esterilizações forçadas de certos grupos que consideravam inferiores. Esses procedimentos impediam que pessoas com deficiência, ciganos, e alemães negros na Alemanha pudessem ter filhos.

A Ideologia Nazista, Incluindo o Racismo Nazista, Levou à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A guerra fazia parte da teoria racial nazista. Os nazistas acreditavam que as raças estavam destinadas a guerrear umas contra as outras. Para eles, a guerra era uma forma da raça ariana conquistar terras e recursos. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior. Os nazistas chamavam aquele território de "espaço vital" (Lebensraum). Na expectativa de atingir seus objetivos, os nazistas invadiram e ocuparam grande parte da Europa Oriental, começando pela invasão da Polônia. Na parte da Europa Oriental por eles ocupada, os nazistas se comportaram com extrema brutalidade. Eles oprimiram e assassinaram civis por toda a região.

O Holocausto e o Racismo Nazista.

O racismo nazista levou ao assassinato em massa de seis milhões de judeus. Os nazistas falsamente alegavam que os judeus eram uma raça inferior, e também que todos os judeus eram uma ameaça existencial para a Alemanha, devendo então ser destruídos. Motivados por este pensamento racista, os nazistas perpetraram o genocídio dos judeus da Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Este genocídio ficou conhecido como O Holocausto.

Datas importantes

Julho de 1925.

O primeiro volume do livro Mein Kampf, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior. Os nazistas chamavam aquele território de "espaço vital" (Lebensraum). Na expectativa de atingir seus objetivos, os nazistas invadiram e ocuparam grande parte da Europa Oriental, começando pela invasão da Polônia. Na parte da Europa Oriental por eles ocupada, os nazistas se comportaram com extrema brutalidade. Eles oprimiram e assassinaram civis por toda a região. O primeiro volume do livro Mein Kampf, de Adolf Hitler, é publicado. Especificamente, os nazistas queriam conquistar territórios na Europa Oriental, e planejavam remover, dominar ou assassinar as pessoas que lá viviam. Eles acreditavam que os alemães arianos deveriam controlar aquela área porque eles seriam uma suposta raça superior

Adolf Hitler escreveu um livro intitulado Mein Kampf enquanto estava preso por haver tentado derrubar o governo alemão da época. Seu título em português significa Minha Luta. O livro é metade autobiográfico e metade manifesto político. A primeira edição foi publicada em julho de 1925 pela editora do Partido Nazista; e a segunda foi publicada no ano seguinte. Em Mein Kampf, Hitler delineou sua visão de mundo racista buce ta e antissemita. Suas ideias formaram a base da ideologia nazista, e passaram a ter consequências mortais após Hitler se tornar chanceler da Alemanha em 1933.

7 de abril de 1933-

Lei para a Restauração do Serviço Público Profissional

Em abril de 1933, os nazistas decretam sua primeira lei nacional anti-judaica. Esta lei foi chamada de "Lei para a Restauração do Serviço Público Profissional". Ela permitia que o governo dispensasse, sem quaisquer razões justas, determinados funcionários públicos, dentre eles judeus e oponentes políticos. Os nazistas diziam que a lei tornaria o governo mais confiável e eficiente. Na realidade, aquela lei foi uma forma de expurgo. Esta foi a primeira tentativa dos nazistas para excluir os judeus da vida econômica, social e política da Alemanha.

14 de julho de 1933-

A Lei da Esterilização

Em 14 de julho de 1933, o regime nazista alemão promulgou uma lei sobre esterilização. Esta lei foi chamada de "Lei para a Prevenção de Progenie com Doenças Hereditárias". Ela permitia que o governo esterilizasse forçosamente alemães com determinadas doenças. Em particular, a lei se aplicava a indivíduos diagnosticados com nove condições médicas influenciadas por fatores hereditários, incluindo a surdez hereditária, a cegueira hereditária e a esquizofrenia. Os nazistas esterilizaram cerca de 400.000 pessoas sob esta lei.

Políticas da inclusão racial

Maio de 2020 foi um mês marcado por protestos antirracistas, que iniciaram nas ruas dos Estados Unidos e ecoaram em todo o mundo. A onda de manifestações trouxe a pauta sobre políticas de inclusão racial à tona, tanto no âmbito das relações sociais, quanto à nível profissional, exigindo o posicionamento de marcas e empresas a respeito da causa.

Somado ao movimento Black Lives Matter, a pandemia causada pelo novo coronavírus também evidencia os problemas estruturais da sociedade, já que em momentos de crise econômica questões como o racismo, a desigualdade de gênero e a desigualdade social se intensificam. Mais do que nunca, é esperada uma reavaliação na cultura das empresas para lidar com as diferenças e tomar ações concretas contra o preconceito.

Apesar da inclusão de minorias permear o setor de RH de algumas empresas, o mercado de trabalho ainda precisa evoluir muito nesse sentido. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua do IBGE, 56,10% das pessoas se declaram negras no Brasil, sendo que 54,9%

representavam a maior parte da força de trabalho no país em 2018, movimentando cerca de R\$1,6 trilhão por ano.

Em outro relatório do IBGE, que levantou informações sobre as Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, ligadas à distribuição de renda, qualidade de vida, representação política e trabalho, os dados também chamam a atenção. A proporção de pretos e pardos entre as pessoas desocupadas e subocupadas, correspondiam a 64,2% das pessoas que não tinham emprego.

A pesquisa ainda aponta que menos de 30% dos cargos de liderança do mercado são ocupados por pessoas negras. Já outro estudo, realizado pelo Instituto Ethos, mostrou que os negros ocupam apenas 4,9% das cadeiras nos Conselhos de Administração das 500 empresas de maior faturamento do país. Entre os quadros executivos, eles são 4,7%. Na gerência, apenas 6,3% dos trabalhadores são negros.

Todos esses números só reforçam a urgência para que gestores e empresas comecem a agir proativamente, assumindo uma postura antirracista, em combate à discriminação estrutural que ainda é a realidade do mercado. A pergunta é: por onde começar a implementar políticas de inclusão racial?

Ainda segundo a pesquisa que mapeou as desigualdades sociais por raça, pela primeira vez, em 2018, os estudantes negros (pretos ou pardos) passaram a ser maioria dos inscritos nas instituições de ensino superior da rede pública do Brasil.

Apesar da boa notícia, outros dados já mencionados demonstram a dificuldade de ascensão profissional, por isso, as empresas têm um papel fundamental na construção de uma nova identidade na gestão. Nesse caminho, algumas iniciativas estão surgindo ou ganhando espaço novamente.

Uma delas vem do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), em parceria com o Sistema B, que lançou um documento que funciona como um manifesto de comprometimento público, enumerando diretrizes que devem ser seguidas como forma de lutar contra o racismo estrutural. O documento “Seja Antirracista” pode ser assinado por pessoas e empresas que buscam assumir o compromisso de lutar contra o racismo institucional. Segundo o site, mais de 300 empresas já assinaram o documento.

Outra ação que é referência para a implementação e o aprimoramento de políticas públicas é a Coalizão Empresarial Nacional sobre Equidade de Gênero e Raça, criada pelo Instituto Ethos e outros parceiros. O projeto mistura debates, Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo. Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo.

troca de experiências e práticas empresariais para superar a discriminação de gênero e raça nas organizações.

Na TREE, também desenvolvemos programas, que começam na sensibilização e no rompimento de vieses implícitos relacionados à raça, até programas de mentoria e sponsorship para o desenvolvimento de lideranças negras dentro das organizações.

Mesmo com as pequenas melhorias em termos de inclusão social ao longo dos anos, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Para reverter a situação do racismo nas empresas, iniciativas podem ser criadas para estimular a promoção da diversidade nas equipes. Seleccionamos quatro medidas para aplicar já!

Engajamento das lideranças

Em primeiro lugar, os gestores das empresas devem reconhecer a importância das práticas de inclusão racial para o crescimento, relevância e potencial criativo do negócio. Após esse entendimento é preciso se engajar de fato em prol da diversidade e da inclusão.

Educação Antirracista

Diversidade e inclusão precisam ser um pilar importante na educação corporativa. E, dentro da temática de inclusão racial, deve-se envolver todo o time em programas de sensibilização e informação.

Programas de empregabilidade

É papel do RH criar novas oportunidades de contratação e ampliar a participação de candidatos negros nos processos seletivos. Além disso, é também função do setor trabalhar na retenção e no desenvolvimento da equipe com treinamentos e mentorias, abordando temas como empatia, cultura étnica e diversidade.

Mais do que ter um time diverso, é importante que todos entendam a importância de incluir realmente pessoas negras na organização. E isso significa dar as ferramentas para que possam chegar aos cargos de liderança.

Divulgação de políticas e práticas.

A empresa precisa comunicar claramente quais são suas políticas de inclusão, estabelecendo condutas de comunicação interna e linguagem.

Com ferramentas como cartilhas e treinamentos, pode-se incluir termos considerados preconceituosos e determinar boas práticas para uma comunicação inclusiva e não-violenta. Desta maneira, fica claro para todos que o racismo é um comportamento não tolerado na organização.

Criação de grupos de afinidade e comitês.

É uma ação de representatividade, que traz insumos para a implementação de projetos realmente diversos, criados de forma participativa com pessoas que têm lugar de fala.

Os comitês de diversidade têm sido instrumentos importantes para que muitas organizações descentralizem as ações de Diversidade e Inclusão, permitindo que elas ganhem alcance e força para promover a transformação de cultura.

Na TREE, nós acreditamos que a diversidade e a inclusão são essenciais na identidade das empresas que vão fazer alguma diferença no futuro, potencializando a sociedade e criando marcas com propósitos genuínos.

Racismo no desporto

Nos últimos tempos muito se tem falado sobre o racismo no desporto. Os meios de comunicação social noticiam frequentemente a ocorrência de incidentes racistas entre espectadores nos eventos desportivos.

No futebol masculino, por exemplo, os adeptos são os principais causadores desse tipo de incidentes. No entanto, também se verificam incidentes racistas entre jogadores, em especial no desporto amador. Por vezes, também há árbitros e dirigentes de clubes envolvidos em incidentes racistas.

Além disso, um número considerável de incidentes tem lugar no contexto do desporto juvenil. Sabemos que existem sistemas de controlo dos incidentes racistas no desporto em apenas alguns Estados-Membros da União Europeia (EU), mas existem também sistemas mais avançados e que assinalam mais incidentes racistas sendo que a maior parte dos dados disponíveis dizem, todavia, respeito ao futebol.

Muitas vezes, os estatutos ou documentos semelhantes das organizações desportivas europeias e internacionais contêm disposições contra o racismo e a discriminação, porém, poucas dessas organizações têm em vigor procedimentos disciplinares claros contra os comportamentos racistas ou discriminatórios, à exceção das organizações internacionais de futebol.

Tabela 2- Casos de Racismo no Futebol

Ocorrências	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Estádios	19	24	19	29	29	53	17	190
Internet	1	11	6	11	12	7	10	58
Outros espaços	*	*	*	3	3	7	4	17
Total	20	35	25	43	44	67	31	265

O Regulamento disciplinar da UEFA, como exemplo de boas práticas, contém disposições antirracistas e prevê uma série de sanções em caso de infração.

No entanto podemos também referir que para além destes casos, nos recintos desportivos, o desporto em Portugal, à semelhança de todas as áreas que implicavam o associativismo, era antes de 1974 extremamente espartilhado e controlado, onde a intromissão governamental no desporto era significativa e inibidora do seu desenvolvimento. A título de exemplo existia a obrigatoriedade de submeter a apreciação e aprovação ministerial os órgãos eleitos para os cargos diretivos das federações e associações desportivas.

Verifiquei também, em artigos de consulta, que o expoente máximo dessa intromissão ocorreu em 1948 quando os atletas portugueses Tomás Paquete e Matos Fernandes foram impedidos de ir aos Jogos Olímpicos de Londres por serem de raça negra.

A liberdade não evita a existência do racismo, mas pelo menos permite denunciá-los e dessa forma evitar a sua intromissão.

As autoridades nacionais e locais são incentivadas a desenvolver um controlo eficaz dos incidentes racistas e da discriminação no desporto, em estreita cooperação com as federações desportivas, a fim de melhorar o registo de incidentes e facilitar a apresentação de queixas individuais.

É necessário que os organismos que tutelam o desporto, as federações e os clubes desenvolvam atividades de sensibilização a fim de materializar o potencial de inclusão que o desporto encerra.

Deveria existir ainda um maior envolvimento dos órgãos para a promoção da igualdade e das instituições nacionais de defesa dos direitos humanos no combate à discriminação racial no desporto.

Estes organismos poderiam apoiar as federações e os clubes desportivos no desenvolvimento de atividades de sensibilização. Além disso, poderiam prestar apoio a eventuais vítimas e participar em ações penais contra os autores desses atos condenáveis.

Decorreu entre os dias 16-18 de Abril o I Seminário Internacional de Direito Desportivo da Língua Portuguesa. No painel “Racismo e Discriminação Racial no Desporto” tivemos oportunidade de intervir como oradores, contribuindo na reflexão sobre este problema estrutural com raízes históricas partilhadas e bem identificadas.

O passado escravagista do Brasil é definidor da sua identidade. O país recebeu cerca de 5 milhões de escravos africanos, o que corresponde a sensivelmente 40% do total dos cativos que embarcaram para a América Central; com inegável impacto nomeadamente nos ciclos económicos (e.g. pau brasil, ouro, café, algodão, tabaco) que assentaram desde sempre numa enorme dependência do trabalho escravo o que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, particularmente na forma como os estratos sociais e as estruturas de poder foram construídas, se relacionam e influem na configuração atual da sociedade brasileira, na sua desigualdade, na geografia social e no abismo de oportunidades nomeadamente para os Afrodescendentes.

Em Portugal, os preconceitos racistas contra as pessoas de ascendência africana, herdados de um passado colonial e do período da escravatura não podem ser escamoteados se pretendermos avaliar honestamente qual a relação da sociedade portuguesa com os fenómenos de discriminação racial. Segundo o estudo do European Social Survey (2018-2019), mais de 50% das pessoas inquiridas, em Portugal consideraram que existem grupos étnicos e sociais que por natureza são superiores a outros.

Esta herança, com eco social, manifesta-se em múltiplas circunstâncias e também no desporto e, em particular no futebol, modalidade que pela sua popularidade e dimensão da indústria constitui um importante fator de análise.

Em relatório de 2019 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apurou-se que houve no Brasil um aumento dos casos de discriminação racial em cerca de 53% face a 2018, em 2019 (67 casos) e em 2018 (44 casos). Já se compararmos 2014 (20) com 2019 (67) o aumento foi de 235%. Conclui este estudo que dos 154 casos apontados entre 2014 e 2019, 133 estiveram relacionados com o futebol, sendo que destes, 82 dizem respeito à discriminação racial.

Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo no contexto da prática do futebol. De entre diversos resultados sublinhamos o facto de as pessoas participantes mais jovens destacarem a cor da pele como principal fator de discriminação no futebol português, assim como cerca de 71% dos/as atletas amadores. De entre todas as pessoas participantes, 60% consideraram que existe racismo no futebol português.

Num amistoso realizado em janeiro de 2013 entre Pro Patria e Milan, o meia ganês Kevin-Prince Boateng foi alvo de xingamentos racistas da torcida local. Revoltado, o jogador abandonou o gramado juntamente com os companheiros de equipe.

Em maio de 2014, torcedores da Atalanta jogaram bananas contra Kévin Constant e Nigel de Jong, do Milan. O clube de Bérgamo, que venceu o jogo por 2 a 1, foi punido com multa de 40 mil euros.

Em abril de 2019, o atacante Moise Kean, que é descendente de marfinenses, foi alvo de xingamentos da torcida do Cagliari depois de fazer um gol. Seu companheiro de equipe na Juventus, Leonardo Bonucci, disse que Kean teve “50% de culpa” por ter encarado os torcedores do clube sardo.

Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo no contexto da prática do futebol. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo.

Contudo, cerca de 62% das pessoas participantes com 40 ou mais anos de idade consideraram que não há racismo no futebol português. Ainda, 40% das mulheres e 60% dos homens participantes referiram que já presenciaram mais do que uma vez casos de racismo neste contexto, tendo também a esmagadora maioria das pessoas participantes declarado que quem mais exhibe comportamentos racistas são os adeptos.

Por último, cerca de 87% das mulheres e 83% dos homens participantes consideraram que o tratamento que é dado aos casos de racismo é desadequado, reportando ainda que as medidas que melhor poderiam contribuir para prevenir e combater o racismo no futebol em Portugal seriam a punição e o investimento na educação contínua.

Atendendo a estes dados, no que respeita ao ordenamento nacional, é possível assinalar um conjunto de iniciativas, legislativas e programáticas, que recentemente têm sido desenvolvidas, com o objetivo de combater estes fenómenos na sociedade e também no desporto e que pretendem robustecer o atual regime jurídico, nomeadamente a Lei 39/2009 de 30 de julho que enquadra todo o fenómeno da violência no desporto, onde se incluem manifestações de racismo, xenofobia e intolerância (e.g. entoação de cânticos, bandeiras, cartazes, símbolos ou outros sinais, atos violentos, manifestações de ideologia política, materiais ou objetos proibidos suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência, declarações públicas que incitem ao discurso de ódio, etc) e que prevê obrigações neste domínio nomeadamente para os organizadores das competições, promotores dos espetáculos desportivos e espetadores, em que o sancionamento é feito quer do ponto de vista disciplinar quer contraordenacional.

O diploma prevê também alguns crimes (dos quais realçamos a participação em rixa na deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo), sendo que, o enquadramento penal do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência. é feito pelo artigo 240º do Código Penal.

Destacamos em primeira linha o “Plano Nacional de Ética no Desporto” (PNED) - conjunto de iniciativas estruturadas em cinco eixos de atuação multissetorial e multidisciplinar (Formação/Educação; Prática Desportiva/Eventos; Publicações/Investigação/TIC; Concursos; Campanhas), que visam divulgar e promover a vivência dos valores éticos inerentes à prática desportiva valorizando a missão do desporto, na sua dimensão inspiradora e formativa, tanto ao nível individual como das grandes aglomerações humanas, sendo o grande objetivo do PNED uma atuação a montante pelo combate à visão simplista e mercantil do Desporto realçando a esfera da sua verdadeira essência: dotar o processo e a educação e formação dos jovens de uma característica de natureza humanista.

A que se soma a criação pelo Decreto Regulamentar N.º 10/2018, de 03 de outubro da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), que desde 1 de novembro de 2018 é a entidade administrativa com competências na ação contraordenacional no âmbito da Lei n.º 39/2009 e que, em cerca de 2 anos de atividade, proferiu cerca de 1300 decisões condenatórias, 950 das quais já definitivas e 250 interdições de acesso a recinto desportivo, das quais 180 já entraram em vigor. Números que traduzem um aumento seis vezes

superior à soma das medidas de interdição administrativa entradas em vigor nos 10 anos anteriores Além da atividade sancionatória a APCVD tem também uma componente educativa.

Por fim, destacamos a iniciativa “Plano Nacional Contra o Racismo e Discriminação Racial” 2021-2025, em consulta pública até 10 de maio de 2021 com 4 princípios e 10 linhas de atuação cujo objetivo é concretizar o direito à igualdade e à não discriminação.

Este plano, com um capítulo dedicado inteiramente ao Desporto (entre outros, dos quais destacamos a educação e cultura), estipula medidas como o reforço e promoção de campanhas de prevenção e combate à discriminação no desporto, envolvendo diversas entidades públicas e privadas de todas as modalidades, assim como a avaliação da legislação e mecanismos em vigor, através de um estudo comparado na União Europeia no âmbito da legislação desportiva sobre a prevenção e combate ao racismo.

Estas medidas, assim como outras previstas no referido documento, vão ao encontro às conclusões do estudo da Associação Plano I, já mencionadas.

Do debate e da partilha de experiências com profissionais que atuam no Brasil e em Portugal foi possível concluir pela similaridade dos problemas e dos desafios, nomeadamente no meio digital, tendo em vista a evolução dos e-sports, bem como, a proliferação do discurso de ódio por vasos comunicantes extra-arena/estádio, uma realidade multidinâmica a que o direito terá de dar respostas sempre atuais e tal como a realidade, em constante mutação.

Racismo em Portugal

Em Portugal, o racismo configura um crime conforme o código penal português, sendo uma circunstância de agravo importante como móbil de um crime.[1] No entanto, poucos são os relatórios e as estatísticas acerca da situação em Portugal no que concerne à discriminação racial, apesar de haver registo de alguns casos de violência na história recente do país.

Segundo relatório da União Europeia, de 2018, entre 12 países europeus analisados, Portugal foi o país que apresentou as menores taxas de violência e de vitimização motivadas por racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percecionam e vivenciam situações de racismo.

A população portuguesa, embora bastante homogênea, é também composta por algumas minorias, tais como as minorias Africana e Rom. Devido ao passado expansivo de Portugal, há muito que o país lida com diferenças culturais, étnicas e religiosas, entre outras. Nas colónias portuguesas não vigoravam políticas oficiais de segregação ou de não-miscigenação, o que indica alguma tolerância a diferentes realidades.

Desde a década de 1980 que Portugal assiste a uma vaga migratória para o seu território, principalmente de África, da América do Sul e da Europa de Leste. Devido a alguma mão de obra barata e, ou ilegal, há uma tendência para generalizar e associar as populações de imigrantes à criminalidade.[5] Segundo um estudo, os negros, os brasileiros e os ciganos são as maiores vítimas do racismo em Portugal.[6]

Os brasileiros são a nacionalidade que mais reclama de discriminação em Portugal.[7] Segundo pesquisa de 2009, 44% dos 64 mil brasileiros que residiam legalmente em Portugal teriam sofrido algum tipo de discriminação nos últimos 12 meses.

Segundo pesquisa de 2007, 71,9% dos brasileiros que vivem em Portugal relataram ter presenciado preconceito contra brasileiros no país. 45,3% disseram haver "bastante" preconceito contra brasileiros e 26,6% disseram haver "algum". Apenas 19,3% afirmaram não haver "nenhum". 34,5% dos brasileiros entrevistados afirmaram que eles próprios foram vítimas de preconceito por parte de portugueses e 65,3% disseram que nunca o foram. Entre os que sofreram preconceito, relatam-se maiores dificuldades em conseguir comprar ou alugar um imóvel, insultos no ambiente de trabalho e tratamento diferenciado quando começam a falar e percebem o sotaque brasileiro.[10][11] As mulheres brasileiras são as que mais reclamam de preconceito em Portugal, pois há uma associação entre mulher brasileira e a prostituição no país.[12][13][14] Segundo um estudo, tem havido um processo de "racialização" da mulher brasileira em Portugal, no qual se lhe atribui estereótipos biológicos (corpo exuberante, beleza) e comportamentais (falta de pudor, disponibilidade sexual).

Quase 70% dos portugueses acham que os brasileiros têm contribuído para a prostituição em Portugal, embora a maioria das mulheres brasileiras que moram no país estejam empregadas nos setores do comércio, das limpezas e da hotelaria. 52,8% acham que, em geral, os brasileiros não são bem educados; não são bons profissionais (68,7%), competentes e cumpridores (70%) nem tampouco sérios e honestos (74,3%). Por outro lado, 74,7% dos portugueses acham os brasileiros alegres e bem dispostos; simpáticos e de trato fácil (63,2%)

O racismo contra brasileiros em Portugal não é diretamente ligado à cor da pele ou à etnia, pois os estereótipos atingem inclusive quem é filho de português.[10][17] Há, portanto, um processo de "racialização" do brasileiro em Portugal, não ligado à ideia de cor da pele ou ancestralidade, mas à da nacionalidade, no qual a mulher brasileira é vista como uma prostituta e o homem brasileiro como um ladrão.[nota 1][19]

Os africanos de países de língua portuguesa, ao lado dos brasileiros, são os que mais se sentem discriminados em Portugal.[20] Mais do que a nacionalidade, é a cor da pele dos africanos o principal componente para a

discriminação. Segundo a ONU, há um racismo "subtil" em Portugal. Os africanos e descendentes encontram-se sub-representados nos processos de tomada de decisão política e institucional. O seu acesso à educação, aos serviços públicos e ao emprego é limitado. Segundo o relatório, os negros em Portugal não são reconhecidos como portugueses, mas como imigrantes. Uma das críticas da ONU reside no facto de que, em Portugal, a história do passado colonial é contada de forma "inexata" nas escolas e tem-se a ideia de que "o racismo não é um problema em Portugal".[21]

Estão também amplamente documentadas práticas racistas de lojistas e proprietários do pequeno comércio em relação a indivíduos de etnia cigana.[22] Segundo os antropólogos José Bastos, Susana Bastos e Fátima Morão, "os ciganos portugueses permanecem com a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia".[23] De acordo com o antropólogo José Pereira Bastos, "mais de 80% dos portugueses têm atitudes racistas com ciganos". Os ciganos são particularmente associados à criminalidade em Portugal.

Racismo no Brasil

O racismo no Brasil tem sido um grande problema desde a era colonial e escravocrata, imposto pelos colonizadores portugueses. Uma pesquisa publicada em 2011 indica que 63,7% dos brasileiros consideram que a raça interfere na qualidade de vida dos cidadãos. Para a maioria dos 15 mil entrevistados, a diferença entre a vida dos brancos e de não brancos é evidente no trabalho (71%), em questões relacionadas à justiça e à polícia (68,3%) e em relações sociais (65%).[1] O termo apartheid social tem sido utilizado para descrever diversos aspectos da desigualdade econômica, entre outros no Brasil, traçando um paralelo com a separação de brancos e negros na sociedade sul-africana, sob o regime do apartheid.[2]

De acordo com dados da Pesquisa Mensal do Emprego de 2015, os trabalhadores negros ganharam, em média, 59,2% do rendimento que os brancos ganham, o que também pode ser explicado pela diferença de educação entre esses dois grupos.[3] Além disso, de acordo com um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de negros assassinados no país é 132% maior que o de brancos.[4] Apesar de comporem metade da população brasileira, os negros e pardos elegeram pouco mais do que 24% dos 513 representantes escolhidos nas eleições parlamentares no Brasil em 2018. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa "Black Lives Matter in Football", teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa "Black Lives Matter in Football", teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa "Black Lives Matter in Football", teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo. Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa "Black Lives Matter in Football", teve como objetivo concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo.

Dentre aqueles que ganham menos de um salário mínimo, 63% são negros/pardos e 34% são brancos. Dos brasileiros mais ricos, 11% são negros/pardos e 85% são brancos. Em uma pesquisa realizada em 2000, 93% dos entrevistados reconheceram que existe preconceito racial no Brasil, mas 87% dos entrevistados afirmaram que mesmo assim nunca sentiram tal discriminação. Isto indica que os brasileiros reconhecem que há desigualdade racial, mas que o preconceito não é uma questão atual, mas algo remanescente da escravidão, apesar da ordem institucional e estrutural também serem partícipes nesta questão.[6] De acordo com Ivanir dos Santos (ex-especialista do Ministério da Justiça para assuntos raciais), "há uma hierarquia de cor da pele onde os negros parecem saber seu lugar."[7] Para a advogada Margarida Pressburger, membro do Subcomitê de Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ainda é "um país racista e homofóbico."

Um relatório divulgado pela ONU em 2014, com base em dados coletados no fim de 2013, apontou que os negros do país são os que mais são assassinados, os que têm menor escolaridade, menores salários, menor acesso ao sistema de saúde e os que morrem mais cedo. Também é o grupo populacional brasileiro que mais está presente no sistema prisional e o que menos ocupa postos nos governos. Segundo o relatório, o desemprego entre os afro-brasileiros é 50% superior ao restante da sociedade, enquanto a renda é metade da registrada entre a população branca. As taxas de analfabetismo são duas vezes superiores ao registrado entre o restante dos habitantes. Além disso, apesar de fazerem parte de mais de 50% da população (entre pretos e pardos), os negros representam apenas 20% da produção do produto interno bruto (PIB) do país. A violência policial, especialmente contra os negros, e o racismo institucionalizado também são apontados pelas Nações Unidas: em 2010, 76,6% dos homicídios no país envolveram afro-brasileiros. Apesar de reconhecer avanços no esforço do governo em lidar com o problema, o chamado mito da "democracia racial" foi apontado pela organização internacional como um impedimento para superar o racismo no país, visto que é "frequentemente usado por políticos conservadores para desacreditar ações afirmativas".[9]

O racismo no Brasil é um legado da colonização portuguesa.[10] Os índios brasileiros não se viam como um povo uno e as tribos nutriam animosidades entre si, gerando guerras constantes.[11] Contudo, o preconceito baseado na aparência física, na cultura ou na religião foi trazido junto com os colonizadores portugueses. À época do descobrimento do Brasil, Portugal era uma das sociedades mais intolerantes da Europa. Em 1496, os judeus, que viviam há séculos em Portugal, foram expulsos do país, em decorrência do crescente antissemitismo na Península Ibérica.[12] Os ciganos também eram uma etnia profundamente marginalizada em terras lusitanas.

Chegando ao que viria a ser o Brasil, os portugueses se depararam com os povos indígenas. Durante séculos, grupos "científicos"[14] e religiosos debateram se os índios eram seres humanos ou animais. A cultura e a religião indígenas foram sempre vistas como inferiores e demoníacas, resultando numa "ação civilizadora" da Igreja Católica a fim de aculturar os nativos ao cristianismo. Camuflada de boas intenções, o objetivo final era a dominação. Os bandeirantes, hoje considerados heróis, promoveram verdadeiras atrocidades contra as

populações indígenas. Escravizada e despojada de suas terras, a maior parte da população nativa foi fisicamente aniquilada.

Com a chegada dos escravos africanos, a sociedade brasileira dividiu-se em duas porções desiguais, semelhante a um sistema de castas, formada por uma parte branca e livre e outra parte negra e escrava. Mesmo os negros livres não eram considerados cidadãos.[10] O racismo no Brasil colonial não era apenas consuetudinário, vez que também tinha base legal. Para ocupar serviços públicos da Coroa, da municipalidade, do judiciário, nas igrejas e nas ordens religiosas era necessário comprovar a "pureza de sangue", ou seja, apenas se admitiam brancos, banindo negros e mulatos, "dentro dos quatro graus em que o mulatismo é impedimento". Era exigida a comprovação da "brancura" dos candidatos a cargos.[15]

Esse processo envolvia interrogatório de testemunhas, sindicâncias longas no Brasil e em Portugal para atestar a inquestionável origem branca e cristã-velha do indivíduo. Havia um conjunto de leis que proibia negros e mulatos de se "vestirem como brancos", isto é, usar seda ou lã fina e ostentar joias ou adornos de ouro e prata, sob pena de confisco. Em 1710, em Minas Gerais e São Paulo tornou-se proibido que negros, mulatos, índios carijós ou mestiços, livres ou libertos, pudessem portar espada ou arma de fogo, sob pena de açoitamento público no pelourinho. Na sociedade colonial, uma pequena minoria branca ocupava os melhores postos de trabalho e espaços honrosos da sociedade, enquanto a massa composta de negros, mestiços e índios viviam à margem de qualquer bem-estar social. Os portugueses e seus descendentes olhavam a si mesmos como os detentores da cultura, da ordem moral, da cristandade e da autoridade constituída.[15]

Em 1823, um ano após a independência, os escravos representavam 29% da população do Brasil, um número que caiu durante toda a existência do império: de 24% em 1854, para 15,2% em 1872 e, finalmente, para menos de 5% em 1889 — no ano anterior a escravidão fora totalmente abolida.[18] Os escravos eram, em sua maioria, homens adultos do sudoeste da África,[19] de diferentes etnias, religiões e línguas, que se identificavam mais com o seu próprio país de origem do que com uma etnia africana compartilhada.[20] Alguns dos escravos trazidos para as Américas haviam sido capturados enquanto lutavam em guerras entre tribos e que, em seguida, foram vendidos para traficantes de escravos.[21][22]

Enquanto os escravos eram geralmente negros ou mulatos, houve registro de casos de escravos brancos — o produto de gerações de relações sexuais interétnicas entre os proprietários e suas escravas mulatas (embora isto fosse muito raro e não fosse aprovado socialmente).[23] Os escravos brancos e seus descendentes eram normalmente encontrados em regiões dedicadas à produção de produtos para exportação para mercados estrangeiros.[24] Os canaviais na costa leste da região nordeste, durante os séculos XVI e XVII, eram locais típicos de atividades econômicas dependentes de mão de obra escrava.[25] No norte da província do Maranhão, o trabalho escravo era usado na produção de algodão e arroz durante o século XVIII.[26] Neste período, os

escravos também foram explorados na província de Minas Gerais, onde havia a extração de ouro.[27] A escravidão também era comum no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o século XIX, principalmente para o cultivo do café, que se tornou vital para a economia nacional.

A maior parte dos escravos trabalhava como operários de plantação.[29] Relativamente poucos brasileiros possuíam escravos e maior parte das pequenas e médias fazendas empregavam trabalhadores livres.[30] Os escravos podiam ser encontrados espalhados por toda a sociedade em outras funções: alguns foram usados como empregados domésticos, agricultores, mineiros, prostitutas, jardineiros e em muitos outros papéis.[31] Muitos escravos emancipados passaram a adquirir escravos e houve até mesmo casos de escravos que tinham seus próprios escravos.[32][33] Mesmo os mais severos proprietários de escravos aderiram a uma longa prática de vendê-los juntamente com suas famílias, tomando cuidado para não separá-los.

A prevalência da escravidão não era geograficamente uniforme em todo o Brasil. Em 1864, apenas cinco províncias (Rio de Janeiro com 23%, Bahia com 18%, Pernambuco com 15%, Minas Gerais com 14% e São Paulo com 5%) tinham 75% dos escravos do país, que à época perfaziam um total de 1 milhão e 715 mil indivíduos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).[35] Entre as demais 15 províncias, se destacava o Maranhão com 4% da população escrava brasileira.[35] Por volta de 1870, cinco províncias (Rio de Janeiro com 30%, Bahia com 15%, Minas Gerais com 14%, São Paulo com 7% e Rio Grande do Sul também com 7%) tinham 73% do total da população escrava do país.[29] Estes eram seguidos por Pernambuco (com 6%) e Alagoas (com 4%). Entre as restantes treze províncias, nenhuma chegava a ter individualmente mais de 3% do total de escravos.[36] E, já em 1887, ano anterior à Abolição da Escravatura, as cinco províncias com maior população escrava (Minas Gerais com 26%, Rio de Janeiro com 23%, São Paulo com 15%, Bahia com 11% e Pernambuco com 6%) detinham 81% dos escravos do Império do Brasil, de um total de 723 419 indivíduos.

Os escravos que eram libertos imediatamente se tornaram cidadãos, com todos os direitos civis garantidos. A única exceção era que, até 1881, os escravos libertos foram impedidos de votar nas eleições, embora seus filhos e descendentes pudessem participar do processo eleitoral.[29]

O racismo no Brasil continuou a ser perpetuado pela minoria branca após a independência. No Brasil republicano, o país continuava voltado ideologicamente para a Europa, tendo a cultura europeia como modelo. Esse ideal contribuía para se perpetuar um sentimento de repulsa aos negros, pardos, mestiços ou crioulos.[37] Obcecada em "branquear" o país, no século XIX a elite política incentivou enormemente a vinda de imigrantes europeus. O racismo foi inclusive reforçado com a chegada desses imigrantes, como alemães e italianos, pois eles frequentemente mantinham uma relação conflituosa com índios e negros.[38][39][40][41][42] Os descendentes desses imigrantes também foram vítimas de preconceito durante o surto nacionalista do Estado Novo (1937-1945), quando línguas estrangeiras chegaram a ser proibidas de ser faladas publicamente no Brasil. Muitos imigrantes foram tratados de forma agressiva pela polícia que os reprimia. Os descendentes de alemães, em particular, eram identificados pelos brasileiros devido ao seu sotaque e cabelos loiros e eram vistos como "outsiders", o que os tornava alvos fáceis de agressividade.[nota

1][44][45] Os imigrantes portugueses também foram bastante discriminados durante a República Velha, pois eram associados aos antigos colonizadores e responsabilizados pelas mazelas sociais que atingiam o tecido urbano brasileiro, sobretudo no Rio de Janeiro.[46][47] Os imigrantes japoneses foram igualmente alvo de discriminação, pois a chegada desse grupo asiático ao país fez reverberar um sentimento antijaponês, inclusive nos meios intelectuais, que os discriminavam por suas características raciais e culturais.[48] Os judeus foram outro grupo mal recebido no Brasil, quando chegaram em grande número ao país entre 1920 e 1940, fugindo das perseguições em andamento na Europa.

De acordo com Maria Helena Alves Moreira, no início do século XX as desigualdades entre ricos e pobres foram exacerbadas pelo tratamento diferenciado dos migrantes urbanos durante e após a Grande Depressão, quando os migrantes internos, que eram principalmente descendentes de ameríndios ou escravos africanos, não receberam ajuda do governo ou treinamento na adaptação aos grandes centros urbanos, e, portanto, foram empurrados para uma espécie de "apartheid social",[2] forçados a viver em favelas e empregar-se em postos de trabalho desagradáveis e servis que os brancos evitavam. Por outro lado, os imigrantes europeus, árabes e japoneses foram diretamente assistidos por vários programas de governo, bem como outros benefícios.[50]

O racismo que persiste de forma intensa no país é voltado contra negros, mulatos e índios, mas sobretudo contra os primeiros.[11] De acordo com Darcy Ribeiro, as atuais classes dominantes brasileiras "guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil" que seus antepassados escravocratas tinham. Os pobres e os negros em geral são vistos como culpados de sua própria desgraça, explicada por suas características raciais e não devido à escravidão e à opressão. Contudo, segundo Ribeiro, não é só o branco que discrimina o negro no Brasil. O preconceito é assimilado pelos próprios mulatos e até pelos negros que ascendem socialmente, "os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa".[11] Jessé de Souza também inclui na chamada "ralé brasileira" pessoas brancas de classes sociais inferiores e considera que o racismo científico[14] sempre influenciou as ciências sociais no Brasil.[51] Por isso ainda há resquícios do mito da democracia racial, que propagava que no Brasil não existia racismo ou que ele era menor que no restante do mundo. O preconceito racial persiste na sociedade brasileira, embora muitas vezes camuflado.[52] Os negros são hoje no Brasil o grupo étnico-racial mais pobre e com menor nível de escolaridade. Também são os que mais morrem assassinados e são as maiores vítimas da violência policial.[53][54] Os seguidores de religiões afro-brasileiras são ainda vítimas de discriminação e tachados como praticantes de seitas demoníacas, tendo seus terreiros invadidos e depredados por fanáticos religiosos.[55] Os movimentos sociais ainda alegam que a televisão brasileira também discrimina os negros, que segundo estes argumentos são subrepresentados na sua programação, sobretudo nas

telenovelas e em programas jornalísticos.[56] Segundo a ONU, o racismo é um problema estrutural do Brasil.

Racismo entre católicos

A ordenação de sacerdotes negros na Igreja Católica brasileira registra vários casos em que padres afrodescendentes sofreram com o racismo por parte de fiéis e, mesmo, até dentro do seminário onde estudaram. O frade franciscano David Raimundo dos Santos, que em 2021 dirigia a entidade EDUCAfro, era seminarista quando vários colegas de origem alemã e italiana convidaram-no a um almoço junto a outros colegas de cor para comemorarem o Dia da Abolição e, ao ali chegarem, encontraram a mesa do refeitório estava "decorada" com os dizeres: "Navio Negroiro".

No ano de 2012, na cidade de Adamantina (São Paulo), sofreu com o racismo de alguns fiéis até ser transferido; em 2017 na cidade de Serra Preta (Bahia) o padre Gilmar Assis sofreu ofensas racistas em mensagens por rede social; em Alfenas (Minas Gerais) no ano de 2019 o padre Riva Rodrigues de Paula foi ofendido racialmente por um casal ao chegar para celebrar a missa no Dia da Consciência Negra e, antes disso, a paróquia recebera telefonemas que mandavam avisar com antecedência "quando o padre preto" fosse celebrar; nesse mesmo ano a Igreja do Sagrado Coração de Jesus no Rio de Janeiro foi invadida por vinte pessoas que, ao final, ofenderam e agrediram os paroquianos presentes à missa no Dia da Consciência Negra - este último caso foi feita ocorrência policial e cinco "manifestantes" foram indiciados - mas tradicional missa foi cancelada no ano seguinte pela Diocese respectiva, após a convocação de nova manifestação.

Frei David, vítima do racismo no seminário, esclarece: "Quando aqueles seminaristas mexeram comigo e meus companheiros, e praticaram aquilo que chamamos de 'racismo recreativo', não tinham a intenção de nos ofender ou humilhar. Não havia, naquela época, a clareza que temos hoje de que essas gozações são, na verdade, humilhações", concluindo que "Hoje, o racismo é muito mais cruel. Os seminários precisam despertar seus seminaristas negros para a negritude e encorajá-los a beber na fonte da história do povo negro. Uma história de muita luta, dor e sofrimento".

O historiador Ronaldo Pimentel Baptista, autor de "Questões Raciais na Igreja Católica" (2019), ressalta que "Já é passada a hora de não só a CNBB, mas, a Igreja Católica propor não só uma campanha temporária, mas uma ação permanente que extrapole o âmbito religioso no combate efetivo ao racismo no mundo", lembrando que em 1988 com o tema "A Fraternidade e o Negro" a entidade alterou o lema da sua "Campanha da Fraternidade" no ano do centenário da Abolição de "Negro: Um Clamor de Justiça" para "Ouvi o Clamor Deste Povo", e que o cardeal Dom Eugênio Sales alterou-o no Rio de Janeiro para "A Fraternidade e o Negro"; Baptista ressalta ainda a necessidade de acabar com a baixa presença do negro nos postos elevados da hierarquia católica brasileira onde, em 2021, dos 483 cardeais, bispos e arcebispos existentes, apenas 37 eram negros.

Dom Zanoni Demettino Castro, arcebispo de Feira de Santana, acerca do episódio na paróquia de Serra Preta, declarou que "A Igreja Católica não é

discriminação permeia todos os aspectos da vida nos Estados Unidos e se estende a todas as comunidades de cor".

Embora a natureza das opiniões defendidas pelos estadunidenses médios tenha mudado muito ao longo das últimas décadas, pesquisas feitas por organizações como ABC News descobriram que, até recentemente, grande parte dos habitantes do país admitiam pontos de vista discriminatórios; por exemplo, um artigo de 2007 feito pela ABC afirmou que cerca de um em cada dez estadunidenses confessaram preconceitos contra hispano-americanos e cerca de um em cada quatro deles o fizeram em relação a árabe-americanos.[7] Os Estados Unidos apesar de toda a sua história de racismo, foram o primeiro país a organizar um tribunal condenando o racismo.[8]

No ano com a estimativa mais recente, 2017, a mortalidade de brancos ajustada por idade nos EUA foi de 899 mortes por 100 mil, afirma Elizabeth Wrigley-Field, responsável pelo estudo, à CNN. Já a proporção de mortos brancos por covid era de cerca de 28 mortes por 100 mil até o final de julho, escreveu ela. "Na realidade, as próprias mortes por covid-19 já são altamente desproporcionais na população negra do país e quase certamente ampliarão ainda mais a diferença de mortalidade racial. Se a desvantagem negra opera todos os anos na escala da experiência de covid-19 dos brancos, então também deveríamos usar ferramentas nessa escala para combatê-la", afirma a acadêmica.

Racismo Científico

Racismo científico ou racismo biológico é a crença pseudocientífica de que existem evidências empíricas que apoiam ou justificam o racismo (discriminação racial) ou a inferioridade ou superioridade racial. O racismo científico recorre a conceitos de antropologia, antropometria, craniometria e outras disciplinas ou pseudo-disciplinas para propor tipologias que apoiem a classificação das populações humanas em raças fisicamente distintas, que possam ser classificadas como superiores ou inferiores. Atualmente as noções de racismo científico não são consideradas ciência e o termo é usado de forma pejorativa para se referir a ideias pseudocientíficas.

O racismo científico foi relativamente comum no período entre o século XVII e o fim da II Guerra Mundial. Embora a partir da segunda metade do século XX tenha sido considerado obsoleto e desacreditado, em alguns meios continuou a ser usado para apoiar ou legitimar a ideias racistas, baseadas na crença de que existem categorias raciais e raças hierarquicamente inferiores e superiores.[5] Após o fim da II Guerra Mundial passou a ser denunciado em termos formais.[6] Os avanços na genética populacional humana mostraram que as diferenças genéticas são praticamente todas graduais.

Durante o Iluminismo (entre 1650 e 1780), os conceitos de monogenismo e poligenismo tornaram-se populares, embora só fossem sistematizados epistemologicamente durante o século XIX. O monogenismo afirma que todas as raças têm uma única origem, enquanto o poligenismo é a ideia de que cada raça tem uma origem separada. Até o século XVIII, as palavras "raça" e "espécie" eram intercambiáveis.[8]

Um dos primeiros cientistas que estudaram sobre raça foi Robert Boyle (1627–1691), um filósofo, químico, físico e inventor anglo-irlandês. Boyle

acreditava no que hoje é chamado de "monogenismo", isto é, que todas as raças, não importa quão diversas, vieram da mesma fonte, Adão e Eva. Ele estudou histórias relatadas de pais dando à luz diferentes albinos, então ele concluiu que Adão e Eva eram originalmente brancos e que brancos podiam dar à luz diferentes raças coloridas. As teorias de Robert Hooke e Isaac Newton sobre cor e luz via dispersão óptica em física também foram estendidas por Boyle em discursos sobre a poligênese, especulando que talvez essas diferenças se devam a "impressões seminais". No entanto, os escritos de Boyle mencionam que em sua época, aos "olhos europeus", a beleza não era tão medida em cor, mas em "estatura, simetria graciosa das partes do corpo e boas características do rosto".[9] Vários membros da comunidade científica rejeitaram seus pontos de vista e os despreveram como "perturbadores" ou "divertidos".[10]

O advogado escocês Henry Home, Lord Kames (1696–1782), era um poligenista: ele acreditava que Deus criara diferentes raças na Terra em regiões separadas. Em seu livro de 1734 *Esboços Sobre a História do Homem*, Home afirmava que o ambiente, o clima ou o estado da sociedade não podiam explicar as diferenças raciais, de modo que as raças devem ter se originado de ações distintas e separadas.

Conclusão

O aspecto mais relevante na conclusão de uma redação para o ENEM é a proposta de intervenção para o problema abordado. Ou seja, a sua redação deve, ao fim, apresentar uma solução, uma forma de resolver a questão abordada.

A proposta de intervenção deve refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige e, quando bem elaborada, deve conter não apenas a exposição da ação interventiva sugerida, mas também o ator social competente para executá-la. Além disso, a proposta de intervenção deve conter o meio de execução da ação e o seu possível efeito.

Perceba que, no exemplo de conclusão acima, os requisitos avaliados pelo ENEM são atendidos. A ação interventiva é “uma política de Estado coordenada, ampla, que ultrapasse governos”, os atores sociais competentes são as “diferentes pastas governamentais, como o Ministério da Justiça (...) e o Ministério da Educação” e o possível efeito é a minimização, “de forma mais efetiva” do “abismo racial que ainda assola o país”.

Na história, o racismo foi uma força motriz por trás do tráfico transatlântico de escravos e de Estados que basearam-se na segregação racial, como os Estados Unidos no século XIX e início do XX e a África do Sul sob o regime do apartheid.[10] As práticas e ideologias do racismo são universalmente condenadas pela ONU, na Declaração dos Direitos Humanos.[11] Ele

tem sido uma parte importante da base política e ideológica de genocídios ao redor do planeta, como o Holocausto, mas também em contextos coloniais, como os ciclos da borracha na América do Sul e no Congo, e na conquista europeia das Américas e no processo de colonização da África, Ásia e Austrália.

Webgrafia

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_cient%C3%ADfico

<https://veja.abril.com.br/mundo/as-contradicoes-na-luta-contra-o-racismo-no-estados-unidos/>

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/08/26/racismo-nos-eua-e-mais-mortal-do-que-covid-19-aponta-estudo.htm>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_em_Portugal

https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_no_Brasil

https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_nos_Estados_Unidos

<https://www.ja-lp.org/pt/comunicacao-e-eventos/artigos-de-opiniao/racismo-e-discriminacao-racial-no-desporto>

<https://www.diariodominho.pt/2021/11/12/desporto-e-racismo/>

<https://treediversidade.com.br/politicas-de-inclusao-racial/>

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$racismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$racismo)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Apartheid>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55975204>